

Achille Mbembe e a Necropolítica: notas sobre o conceito de soberania

Anna Kristyna Araújo da Silva Barbosa¹

Recebido em março de 2023

Aceito em maio de 2023

RESUMO

Neste artigo revisei a literatura sobre a relação entre soberania e necropolítica, elaborada por Achille Mbembe. Através da revisão de obras de teóricos políticos e filósofos, o autor explorou a evolução histórica do conceito de soberania, suas diferentes interpretações e sua relação com o poder político contemporâneo. Destacou-se no presente trabalho, a contribuição de Mbembe para a discussão sobre a necropolítica, que analisa como o poder político pode produzir a morte como forma de governança em debate com autores como Hegel, Bataille, Giorgio Agamben, Carl Schmitt e Michael Foucault explorando as implicações políticas e jurídicas da soberania no Estado-Nação. O objetivo deste artigo foi discutir o conceito de necropolítica desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, destacando o diálogo estabelecido pelo autor em relação ao conceito de soberania. A análise de Mbembe reinterpretou os conceitos de biopoder e biopolítica de Michel Foucault, relacionando-os às noções de *imperium*, estado de sítio e estado de exceção, para examinar o poder soberano na contemporaneidade, especialmente em contextos coloniais e neocoloniais.

Palavras-chave: Soberania; Achille Mbembe; Políticas de inimidade; Necropolítica.

Achille Mbembe and Necropolitics: notes on the concept of sovereignty

ABSTRACT

In this article I review the literature on the relationship between sovereignty and necropolitics, elaborated by Achille Mbembe. Through a review of the works of political theorists and philosophers, the author explored the historical evolution of the concept of sovereignty, its different interpretations and its relationship with contemporary political power. Highlighted in this work, Mbembe's contribution to the discussion on necropolitics, which analyzes how political power can produce death as a form of governance in debate with authors such as Hegel, Bataille, Giorgio Agamben, Carl Schmitt and Michael Foucault exploring the political and legal implications of sovereignty in the nation-state. The purpose of this article was to discuss the concept of necropolitics developed by the Cameroonian philosopher Achille Mbembe, highlighting the dialogue established by the author in relation to the concept of sovereignty. Mbembe's analysis reinterpreted Michel Foucault's concepts of biopower and biopolitics, relating them to the notions of imperium, state of siege and state of exception, to examine sovereign power in contemporary times, especially in colonial and neocolonial contexts.

Keywords: Sovereignty; Achille Mbembe; Politics of Enmity; Necropolitics.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB), bolsista CAPES, Integrante do ARIADNE – Grupo de Pesquisa em Pensamento Social e Político Brasileiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3798-7382> E-mail: annakristyna07@gmail.com.

Homini lupus homini
Thomas Hobbes - O Leviatã, 1651

A ideia de soberania é um conceito que tem uma longa história e evolução ao longo do tempo. Na Idade Média, a soberania era vista como um atributo divino concedido aos reis. Durante a Renascença, surgiu a ideia de soberania do Estado-nação, onde a autoridade era atribuída ao Estado, representando o povo. O conceito de soberania surge no vocabulário político moderno no século XVI com a definição de Jean Bodin no célebre livro *Les Six Livres de La République* (publicado originalmente em 1567). Jean Bodin definiu a soberania como um poder absoluto e indivisível, que não pode ser compartilhado com outras instituições (BODIN, 1992). A soberania foi considerada como um aspecto fundamental do Estado moderno, caracterizado pelo monopólio do uso legítimo da violência, o controle sobre o território e a autoridade para tomar decisões políticas em nome do povo. Durante a Idade Moderna, a ideia de soberania se tornou cada vez mais ligada ao conceito de nacionalismo e à formação de Estados-nação. Com o surgimento do colonialismo e da globalização, a soberania foi questionada em relação à sua aplicação no cenário internacional, e o debate sobre o seu papel na governança global continua até os dias atuais.

A partir de sua primeira elaboração, o termo vem sofrendo modificações em seus sentidos etimológicos e semânticos. Em sua significação hodierna, está intrinsecamente relacionado ao surgimento do Estado Moderno, numa formulação que fundamenta a compreensão moderna do direito e da política. Autores como Hegel, Bataille, Giorgio Agamben, Carl Schmitt, Michael Foucault entre outros se debruçaram sobre o conceito e suas implicações políticas e jurídicas no Estado-Nação. O objetivo do presente artigo é discutir o conceito de soberania e sua relação com a noção de Necropolítica, elaborada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe. Ao desenvolver sua análise, o autor reinterpreta os conceitos de biopoder e biopolítica de Michel Foucault, relacionando-os com as noções de *imperium*, estado de sítio e estado de exceção, para examinar o poder soberano na contemporaneidade, especialmente em contextos coloniais e neocoloniais, dialogando com toda uma fortuna crítica sobre debate. (MBEMBE, 2018).

Para Agamben (2004), o estado de exceção se tornou uma condição permanente em muitos estados modernos, onde a suspensão das leis e das instituições democráticas se tornou a regra, não a exceção. Ele desenvolve a ideia de que o estado de exceção se tornou uma forma de governo que busca manter o controle social e político através da criação de situações de crise, e que isso pode levar a um estado de exceção permanente que ameaça a liberdade e a democracia.

A relação entre as noções de *imperium*, estado de sítio, estado de exceção e a necropolítica por Mbembe (2018b) pode ser entendida da seguinte forma: o *imperium* se refere ao poder do Estado de exercer a soberania e a autoridade sobre um território e sua população. Em momentos de crise, o Estado pode declarar estado de sítio ou exceção, que é uma suspensão temporária das garantias constitucionais e da ordem jurídica normal para que o governo possa lidar com a situação de emergência.

Mbembe (2018b; 2020) argumenta que a necropolítica emerge como uma forma extrema de soberania, onde o Estado se torna capaz de decidir quem vive e quem morre. O estado de exceção é fundamental para a implantação da necropolítica, pois permite ao Estado agir de forma extrajudicial, eliminando ameaças à sua soberania sem a necessidade de seguir os procedimentos legais normais. Assim, a relação entre as noções de *imperium*, estado de sítio, estado de exceção e a necropolítica por Mbembe pode ser vista como uma ampliação do poder soberano do Estado, que pode ser usado para impor o controle sobre uma população através da violência e da morte. Com a necropolítica, o Estado se torna capaz de governar através do medo e da ameaça da violência, perpetuando assim sua soberania sobre a população.

Diálogos foucaultianos: necropolítica e o retorno da negatividade do poder

As formulações sobre *biopolítica* e *biopoder* são centrais na discussão de Mbembe sobre Necropolítica e conseqüentemente têm ramificações sobre a questão do poder soberano. Mbembe analisa a soberania no que compete ao seu “conteúdo”, (re)interpretando-a como uma forma generalizada de instrumentalização da existência humana e destruição dos corpos (DA SILVA, 2021, p. 147). Ou seja, o autor discute sobre

as formas de soberania na contemporaneidade apontando os limites dos conceitos foucaultianos para se pensar sobre o lugar que é dado aos corpos mortos atualmente.

O conceito de Biopolítica perpassa grandes obras de Michel Foucault desde *Em Defesa da Sociedade* (1999); *História da Sexualidade – vol. 1* (2012); *Segurança, Território e População* (2008b) e posteriormente em *o Nascimento da Biopolítica* (2008a), onde sistematiza as reflexões sobre a temática. O filósofo francês desenvolve o conceito ao refletir sobre as formas de regulação da vida na modernidade sob o advento do liberalismo e do Estado Nação. É importante tomar nota que o foco das análises foucaultianas não é o poder em si, mas o sujeito. Sob a tríade *poder, direito e verdade*, o autor analisa como os mecanismos de poder possuem solidez e tecnologia próprias e produzem efeitos de verdade e dominação sobre o sujeito.

Nesse sentido, *biopolítica* e *biopoder* são termos que emergem nas reflexões de Foucault sobre os mecanismos de poder que são estabelecidos como forma para manutenção da vida, tanto individual como coletivamente, tendo o foco de manter e ampliar uma relação de dominação da população. Em termos do autor, biopolítica significa “racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça.” (FOUCAULT, 2015, p. 431). Logo, o poder da morte e da vida constituem a noção, na medida em que a morte se configura como um direito quando exercido na intenção da normalização e da regulação de uma sociedade biopolítica, com o objetivo de torná-la mais pura e sadia, ou seja, de preservá-la.

A biopolítica da população, que age sobre a espécie humana, sobre o corpo como espécie, com o objetivo de assegurar sua existência. Questões como as do nascimento e da mortalidade, do nível de vida e da duração da vida estão ligadas não apenas a um poder disciplinar, mas a um tipo de poder que se exerce no âmbito da espécie, da população, com o objetivo de gerir a vida do corpo social (FOUCAULT, 2015, p. 29).

O conceito de biopolítica está imbricado com o surgimento do Estado Nação. O Estado Moderno é identificado como o gerador dos efeitos de verdade e apesar de não ser o epicentro do poder, ele possui uma dimensão privilegiada na multiplicidade de correlações de forças na modernidade, na medida em que captura os focos de poder e,

de certo modo, assume um papel privilegiado nos procedimentos e práticas de dominação (FOUCAULT, 2015). Nesse sentido, pensar sobre biopolítica e biopoder é pensar sobre Estado e sobre liberalismo, na medida em que o contexto histórico no qual emergem tais noções envolve a constituição dos estados-nação e a emergência do liberalismo, que numa correlação de forças implantam uma nova forma de governo, diferentemente do contexto medieval. Dessa forma, para Foucault, a soberania é transferida para a nação e a figura do rei como soberano é tirada de cena, emergindo um tipo de poder que não pode ser traduzido em termos do direito, ou seja, em termos de soberania:

Se o desenvolvimento dos aparelhos de Estado garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e o sustentam; operam, também, como fatores de segregação e hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas forças e procedimentos múltiplos (FOUCAULT, 2012, p. 154).

Ao fim e ao cabo, Foucault (2008a, 2008b) circunscreve historicamente os conceitos, na medida em que reflete como o antigo direito de matar, que se constituía como um direito inalienável e indivisível do rei, pode ser traduzido na modernidade, numa sociedade regida pela biopolítica e circunscrita num Estado-Nação que tem como quadro histórico a revolução industrial e francesa. Desse modo, o autor rompe com as teorias normativas e se difere dos teóricos contratualistas, principalmente do modelo hobbesiano, na medida em que se contrapõe a um entendimento de poder como substância que pode ser detido ou cedido. Entretanto, ao se deparar com o Estado Moderno, o autor aponta a insuficiência das teorias jurídicas e soberanas para analisar as relações de poder sob a modernidade. Ele está interessado nesse deslocamento de poder que ocorre com o advento da modernidade e apresenta uma reflexão que rompe com as análises que partem de conceitos universais e abstratos como *Estado, Direito e Soberania*, detendo-se nas redes de relações que produzem sujeição. Com essa análise, o autor parte da perspectiva de que o poder não é para mostrar sua natureza, ou seja, ao

demonstrar a insuficiência das teorias da soberania para compreender as relações de poder na modernidade, o autor aponta o sentido do político a partir da negação. Ao tratar da soberania, ele parte de sua negação e se debruça sobre isso mostrando a dimensão positiva que o poder produz. Nesse ínterim, surgem as discussões de Achille Mbembe que apontam sua preocupação em discorrer sobre categorias “menos abstratas e mais palpáveis” de exercício da soberania, tais como a vida e a morte (MBEMBE 2018).

A biopolítica e a necropolítica são conceitos que se relacionam, uma vez que ambos lidam com a gestão da vida e da morte em sociedade. A biopolítica, termo cunhado por Michel Foucault, se refere ao poder exercido sobre os corpos individuais e coletivos, bem como a administração da vida em sociedade. Já a necropolítica, conceito elaborado por Achille Mbembe, trata do poder exercido sobre a morte, ou seja, a capacidade de decidir quem deve morrer e sob quais condições. A relação entre esses conceitos se dá pela ideia de que o poder político exerce controle tanto sobre a vida quanto sobre a morte dos indivíduos. Na biopolítica, o objetivo é gerir a vida da população de forma a aumentar a sua produtividade e bem-estar, mas essa gestão pode levar a uma forma de poder que exclui e marginaliza determinados grupos, tornando-os “vida nua”. Já na necropolítica, o poder é exercido de forma direta e violenta sobre a morte, como forma de manter o controle político e a dominação de certas populações.

A relação entre biopolítica e necropolítica também se dá pelo fato de que a administração da vida pode levar à morte. Por exemplo, a negligência com a saúde pública pode levar a epidemias e mortes em massa, como vimos durante a pandemia da COVID-19. Além disso, a utilização de técnicas médicas para prolongar a vida pode levar a uma forma de “morte em vida”, como no caso de pacientes terminais mantidos vivos por aparelhos. Nesse sentido, a biopolítica e a necropolítica podem ser vistas como duas faces da mesma moeda, em que o poder político é exercido tanto sobre a vida quanto sobre a morte dos indivíduos e da população como um todo.

No entanto, Mbembe (2018b) argumenta que a biopolítica de Foucault é insuficiente para explicar a violência extrema que ocorre em situações de necropolítica. Ele argumenta que a necropolítica é uma negatividade do poder que está além da simples regulação da vida, já que envolve o uso intencional da morte como ferramenta de controle político. Assim, a discussão sobre a relação entre biopolítica e necropolítica

destaca a importância de entender como o poder político pode ser usado para controlar a vida e a morte das pessoas, e como essa relação pode se manifestar em diferentes contextos políticos e sociais.

Necropolítica, a corrosão da *Commonwealth* e discussão sobre soberania

A noção de "corrosão da *Commonwealth*" é uma ideia desenvolvida pelo filósofo italiano Giorgio Agamben, em sua obra *Estado de Exceção*. Segundo Agamben (2004), a "corrosão da *Commonwealth*" é um processo que ocorre quando o Estado passa a tratar parte de sua população como "inimiga" e, conseqüentemente, exclui essas pessoas do corpo político, retirando-lhes direitos e submetendo-as a condições precárias de vida.

Esse conceito tem uma relação direta com a ideia de necropolítica, desenvolvida por Achille Mbembe. A necropolítica é um processo em que certos grupos são submetidos à violência e à morte como forma de manter o controle político e social. Em muitos casos, a necropolítica é exercida pelo Estado, que utiliza sua soberania para decidir sobre a vida e a morte dos indivíduos. Assim, a "corrosão da *Commonwealth*" pode ser vista como uma forma de necropolítica, em que o Estado exclui parte de sua população do corpo político e os submete a condições precárias de vida. Esse processo pode ser observado em diferentes contextos, como em situações de guerra, conflitos políticos e crises humanitárias.

O conceito de "corrosão da *Commonwealth*" também destaca a importância da noção de "vida nua" em Agamben. A "vida nua" é a vida que não tem acesso aos direitos e às proteções que o Estado oferece a seus cidadãos. Para Agamben (2004), a "vida nua" é a vida que pode ser sacrificada pelo Estado, em nome da segurança e do bem comum. Dessa forma, a ideia de "corrosão da *Commonwealth*" e a noção de necropolítica destacam a importância de pensar a política a partir das formas de exclusão e violência que ocorrem em nossas sociedades, especialmente quando o Estado é o agente dessas formas de opressão.

O conceito elaborado por Achille Mbembe está sistematizado numa obra homônima que é a adaptação ao formato de livro de um ensaio publicado em 2003 - e que já havia sido incorporado em um capítulo do livro *Políticas da Inimizade* (2020) - ,

em que o filósofo camaronês busca responder à questão sobre que posição é reservada à vida e à morte na ordem contemporânea do poder. Num diálogo com a tradição da filosofia política que discute sobre soberania, o autor, assim como Foucault, rompe com as teorias normativas sobre as formas soberanas, analisando seu conteúdo e se distinguindo da tradição filosófica contemporânea que a entende como um processo que se desdobra em “autoinstituição” e “autolegitimação”.

A discussão em torno do conceito de Necropolítica se dá pela preocupação em mostrar os limites da biopolítica como forma de exercício de poder e do biopoder como domínio hegemônico sobre a vida, para se pensar a governamentalidade neoliberal e o contexto contemporâneo. A preocupação de Mbembe se dá em relação não mais à vida, mas como gerir os corpos mortos:

Mas sob quais condições práticas se exerce o poder de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação que opõe essa pessoa a seu ou sua assassino/assassina? Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror faz do assassinio do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar (MBEMBE 2018, p. 6).

Dialogando com a fortuna crítica sobre o debate sem revisitar de forma extensa a discussão clássica sobre soberania, Mbembe (2018b) monta um quadro teórico que une as discussões de Hegel e Bataille para se pensar o que ele chama de *política, o trabalho de morte e o “devir do sujeito”*. A noção de “trabalho de morte” aparece tanto na filosofia de Hegel quanto na teoria de Mbembe sobre a necropolítica, embora com diferentes abordagens e significados.

Em Hegel, a noção de “trabalho de morte” aparece em sua obra *Fenomenologia do Espírito* (2008b), onde ele descreve o processo de luta pela existência e pela liberdade como um “trabalho de morte”. Segundo o filósofo alemão, a luta pela existência e pela liberdade envolve a superação da individualidade em favor de uma ideia mais elevada, que representa a vida coletiva e a liberdade do Estado. Para Hegel, esse processo de “trabalho de morte” é necessário para a construção da sociedade e do Estado, baseados na renúncia da individualidade em favor do bem comum. Nesse sentido, o “trabalho de

morte" é uma forma de sacrifício, que envolve a renúncia da vida individual em favor de uma vida coletiva mais elevada (HEGEL 2008a; 2008b). Já em Mbembe, a noção de "trabalho de morte" aparece em sua teoria sobre a necropolítica. Para Mbembe, a necropolítica envolve a capacidade de decidir sobre a vida e a morte dos indivíduos. Nesse contexto, o "trabalho de morte" aparece como uma forma de sacrifício imposto pelo Estado sobre determinados grupos que são submetidos à violência e à morte como forma de manter o controle político e social.

Dessa forma, embora a noção de "trabalho de morte" apareça tanto em Hegel quanto em Mbembe, em ambos os casos ela se refere a uma forma de sacrifício em nome do bem coletivo. No entanto, enquanto para Hegel o "trabalho de morte" é um processo necessário para a construção da sociedade e do Estado, para Mbembe ele é uma forma de exercício do poder soberano, que envolve a submissão de determinados grupos à violência e à morte. Ao falar sobre morte, ele trata do conceito de estado de exceção que, para autores como Foucault, Arendt e Agamben, teve no holocausto judeu um paradigma da exceção na modernidade. Ao elaborar uma economia política da violência, e colocar *a colônia, a plantation e a democracia* como partes objetivas de uma mesma matriz histórica, Mbembe elabora, assim como Foucault, uma crítica ao discurso de verdade que na modernidade impera sobre a absoluta igualdade entre concidadãos e a sensação de ordem e paz vigente no Estado Democrático Parlamentar. Em suas formulações, percebe-se a ideia de que o que existe na verdade é um mascaramento das brutalidades cometidas. Ou seja, a brutalidade, a violência e aqueles momentos de "exceção" não eram expressões apenas de regimes totalitários ou do Império colonial, pois "a ideia de que a vida em democracia seria fundamentalmente tranquila, policiada e despojada de violência (inclusive sob a forma de guerra e de devastação) não resiste nem por um instante ao escrutínio. (MBEMBE, 2020, p. 36).

Nesse sentido, o estado de exceção e o estado de sítio não são expressões apenas do Estado Moderno como visto na Europa, antes se configuraram como uma "necessidade" nas colônias, tendo em vista que essa guerra contra o inimigo, base da Necropolítica, teve origem nos estados coloniais, nas técnicas usadas contra as populações coloniais que eram vistas como um conjunto de não-sujeitos e de seres desprovidos de direito: "a colônia representa o lugar em que a soberania consiste

fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a 'paz' tende a assumir o rosto de uma guerra sem fim" (MBEMBE, 2018b, p. 33).

Há em Mbembe uma dimensão política na discussão da morte, tendo em vista que suas reflexões apontam que os processos de sujeição são derivados antes de imperativos políticos. Ademais, "matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação de poder" (MBEMBE, 2018b, p. 5). Na contemporaneidade, a guerra é, segundo Mbembe, o meio de exercer o direito, só que a guerra agora não se dá apenas entre Estados ou populações, mas no interior das populações, no exercício da razão na esfera pública. Retomando Hegel, ele aponta que a morte humana atua como detentora de significação, como um exercício de uma racionalidade, carregada de sentido político. No contexto das democracias, a guerra assume o caráter de *phármakon*, ou seja, funciona tanto como antídoto quanto como veneno, assim Mbembe (2020) aponta que na contemporaneidade a guerra é usada para garantir a *legalidade* atuando sob as vestes da *ilegalidade*.

A noção de *soberania do ser* batailliana também é revisitada por Mbembe. Bataille (1989, 2013) aponta que a soberania se dá numa relação, o poder não está necessariamente limitado ao poder estatal e não respeita os limites da identidade. Sua definição de soberania contraria a de Hegel, que está relacionada com a discussão sobre mundo de trabalho e, em sua perspectiva, a soberania consiste os limites da experiência dos sujeitos que acontece na forma de violência. A noção de soberania do ser em Georges Bataille pode ser compreendida a partir de sua obra "A Experiência Interior", onde ele desenvolve a ideia de que a soberania não é um atributo do Estado ou de uma autoridade política, mas sim uma característica intrínseca do ser humano.

Para Bataille (1989,2013), a soberania do ser se manifesta na experiência interior, ou seja, na capacidade do indivíduo de experimentar uma perda de si mesmo e uma dissolução dos limites que separam o eu do mundo e dos outros. Nessa experiência, o ser humano se sente como parte de algo maior e mais amplo do que ele próprio, e essa sensação de perda do controle e de dissolução do eu é vista por Bataille como uma forma de soberania.

Essa noção de soberania do ser é influente na teoria de Achille Mbembe sobre a necropolítica, especialmente em sua compreensão do poder soberano como uma força que decide sobre a vida e a morte dos indivíduos. Mbembe (2018b) argumenta que a soberania do Estado se baseia em uma concepção de poder que se apoia na capacidade de decidir sobre a vida e a morte, o que resulta em práticas de exclusão e violência que afetam especialmente as populações marginalizadas e desfavorecidas. Ao enfatizar a ideia de que a soberania é uma característica intrínseca do ser humano, Bataille oferece uma perspectiva crítica em relação ao poder soberano do Estado, sugerindo que a verdadeira soberania se encontra na experiência interior do indivíduo e não na imposição externa do poder político.

De acordo com Bataille (2013), soberania pode ser considerada paradoxal, uma vez que envolve a capacidade de estabelecer limites, mas também a possibilidade de os ultrapassar, de transgredi-los. O paradoxo da soberania em Bataille é uma ideia que se baseia na relação entre a autoridade soberana e o seu próprio poder. Bataille argumenta que o poder soberano é paradoxal porque, ao mesmo tempo em que é baseado em sua capacidade de manter a ordem e a estabilidade, também depende da sua capacidade de desestabilizar essa ordem. Em outras palavras, a autoridade soberana só pode manter o poder se for capaz de quebrar as próprias regras que estabeleceu para manter a ordem. Esse paradoxo surge porque, para manter a ordem, a autoridade soberana deve ser capaz de empregar a violência e a coerção, mas essas mesmas ações ameaçam a estabilidade que ela busca manter. Bataille argumenta que essa tensão entre a necessidade de manter a ordem e a necessidade de romper com ela é o que cria o paradoxo da soberania. Para ele, essa tensão é especialmente evidente em momentos de crise ou de exceção, quando a autoridade soberana é obrigada a agir de forma a proteger a si mesma e a ordem estabelecida (BATAILLE, 2013; AGAMBEN, 2005).

A obra de Georges Bataille teve uma grande influência sobre Achille Mbembe, especialmente em sua reflexão sobre a necropolítica. Em *A Teoria da Religião* (2013), Bataille aborda a questão da violência e do sacrifício como elementos fundamentais na construção da sociedade e na relação entre o indivíduo e o coletivo. Ele argumenta que a religião é um aspecto fundamental da vida humana, que envolve a renúncia da individualidade em favor de um ideal coletivo. Essa ideia de sacrifício e violência

simbólica é fundamental na reflexão de Mbembe sobre a necropolítica. Em sua perspectiva (MBEMBE, 2018b), essa violência pode ser física, como no caso de genocídios, tortura e execuções extrajudiciais, ou simbólica, como na forma de exclusão, marginalização, invisibilização e estigmatização. Mbembe também destaca que a necropolítica está ligada à economia política global, que se baseia na exploração de certos grupos para benefício de outros.

Desse modo, a noção de *soberania do ser* em Bataille (1989) influenciou Mbembe na medida em que ajudou a desenvolver uma teoria crítica sobre a necropolítica e o poder soberano do Estado, questionando as bases sobre as quais o poder político é exercido e enfatizando a importância da experiência interior e da perda do controle como formas de resistência e de soberania verdadeira.

Unindo as perspectivas de Hegel e Bataille, Mbembe (2018b) argumenta que, dentro dessa guerra que ocorre no seio da população, o Estado abdica do monopólio da violência, revelando assim sua face necropolítica ao permitir a morte e o assassinio. Na contemporaneidade, o poder de matar, anteriormente sob o controle exclusivo do Estado, agora permeia toda a sociedade, manifestando-se através de milícias, empresas de segurança privadas, entre outros. Nesse sentido, a concepção de Commonwealth, introduzida por Hobbes em sua obra *Leviatã* (representando o interesse público ou o Estado), perde seu significado político, uma vez que, na visão hobbesiana, o indivíduo renuncia à sua natureza individualista por meio do contrato social, tornando-se parte do todo governado pelo Soberano (o rei). Porém, de acordo com Mbembe, o soberano, antes considerado a cabeça do corpo político, encontra-se alienado no exercício da soberania. A morte, antes considerada um mal atribuído apenas ao soberano (inicialmente personificado pelo Rei e posteriormente pelo Estado), agora se torna objeto de disputa dentro da sociedade. A guerra, antes restrita ao estado de natureza do homem, na perspectiva de Mbembe (2018b, 2020), permeia toda a sociedade democrática, tornando-se uma forma de exercício do poder na contemporaneidade. Conseqüentemente, o monopólio da força exercido por alguns Estados torna-se problemático, uma vez que eles podem se transformar em máquinas de guerra, as quais operam como empresas comerciais e possuem características de organização política, oferecendo serviços e se

tornando mecanismos predatórios altamente organizados, superando o paradigma tradicional da guerra (DA SILVA, 2021, p. 150).

Dessa forma, a discussão em torno da necropolítica se entrelaça com o debate sobre as máquinas de guerra e a heteronomia. As guerras contemporâneas ultrapassam os limites e as fronteiras de segurança e território dos Estados, visando a aniquilação dos inimigos ao destruir os mecanismos essenciais para a sobrevivência da população. A necropolítica não se limita apenas à morte em si, mas representa uma tecnologia de poder que não apenas permite a morte, mas também a promove, destruindo todos os meios necessários para a existência. Como afirma Negris (2020), ela é uma técnica de poder presente na era da governamentalidade neoliberal, manifestando-se especialmente nas áreas periféricas do neoliberalismo, fora do âmbito das grandes potências econômicas do mundo. No entanto, seu alcance não se restringe à periferia, uma vez que o poder necropolítico também se manifesta em regiões centrais do capitalismo, uma vez que seus dispositivos criam fronteiras móveis que atuam de dentro para fora (FRANCO, 2021).

Esse debate é importante na teoria da necropolítica porque ajuda a compreender como o poder soberano do Estado se sustenta por meio da exclusão e da violência. Nesse contexto, as máquinas de guerra são vistas como uma forma de resistência e de enfrentamento contra o poder soberano, uma vez que elas operam fora das estruturas políticas e sociais estabelecidas. As máquinas de guerra são entendidas como formas de organização social que operam por meio de uma lógica heteronômica, ou seja, uma lógica que se baseia na desobediência e na subversão das regras estabelecidas. Elas não se submetem ao poder soberano do Estado e podem agir de forma autônoma, resistindo à violência do poder político e lutando pela sua própria liberdade e autonomia. Ao destacar a importância das máquinas de guerra na resistência contra o poder soberano, Mbembe propõe uma crítica à soberania do Estado e às estruturas políticas e sociais que sustentam a exclusão e a violência contra as populações marginalizadas e desfavorecidas.

Apesar de não se focar na discussão sobre *legitimidade* e *legalidade* ao tratar da soberania, Mbembe aponta que, com a reintrodução global do estatuto colonial, o agir sob o estado de exceção como forma de garantir a sobrevivência passou a ser norma na contemporaneidade. Em seus próprios termos, o direito não é capaz de proteger o

Estado de Direito nem a população, pois isso implicaria no “uso absoluto da soberania” (MBEMBE, 2020, p. 62). Apesar da democracia emascarar as brutalidades existentes em seu âmago, a suspensão de direitos e das liberdades são normas nesse tipo de regime. Há uma produção de morte em larga escala que tem sido generalizada e essa não é mero acidente ou movida apenas por instintos, mas antes disso, deriva “de um cálculo puramente instrumental da vida e do político.” (MBEMBE, 2020, p. 63).

Destaca-se que o pensamento de Carl Schmitt exerceu influência significativa na obra de Achille Mbembe sobre soberania e necropolítica. Para o jurista alemão, a soberania é entendida como a capacidade de decidir sobre o estado de exceção e, portanto, a capacidade de decidir quem é amigo e quem é inimigo. Em sua obra *Teologia Política* (1922/2006), Schmitt argumenta que o soberano é aquele que tem o poder de decidir em momentos de exceção, e que esse poder é a essência da política. Segundo ele, o estado de exceção é o momento em que a ordem política normal é suspensa e a autoridade do soberano é colocada em ação. Nesse sentido, Schmitt argumenta que a soberania é a expressão suprema da autoridade política e, portanto, está acima de qualquer lei ou ordem estabelecida.

Em sua perspectiva a soberania é uma questão teológica, baseada em conceitos como o de vontade divina. Ele argumenta que a soberania não pode ser fundamentada em uma ordem natural ou racional, mas deve ser entendida como uma questão de vontade divina. Para ele, a soberania é uma forma de exercício do poder que está além da moralidade e da lei, e que é justificada apenas pela necessidade de manter a ordem política e social. Em particular, Mbembe destaca a noção de Schmitt de que a soberania reside no poder de decidir sobre o estado de exceção e de que o estado de exceção é a forma suprema de poder soberano. Mbembe (2018a, 2018b) expande essa ideia ao argumentar que a necropolítica é uma forma de estado de exceção permanente, em que certos corpos são excluídos da proteção do Estado e são tratados como matáveis. Além disso, Mbembe também se inspira nas ideias de Schmitt sobre o conceito de inimigo, que é central para a política da soberania, e aplica-o ao conceito de *inimigo interno*, que descreve aqueles considerados perigosos para a segurança do Estado.

É mister ressaltar que o plano histórico em que Mbembe tece suas reflexões é o de crise do capitalismo, que se assenta no modelo do Estado Neoliberal, e, nesse sentido,

ele traz como pano de fundo uma economia política da guerra, apontando como o mercado faz parte dessa produção de morte em escala, tendo em vista que a guerra contemporânea e o terror se transformaram, em certa medida, em modos de produção, contribuindo para a destruição dos corpos humanos: “a morte em uma miríade de pequenas mortes, um morrer a conta-gotas, com o qual a dominação se intensifica e se perpetua.” (FRANCO, 2021, p. 42). O aniquilamento e a exposição ao aniquilamento produzidos pela necropolítica também têm como tecnologia de poder o racismo, sendo o grande motor do princípio necropolítico, “na medida em que esse é o nome dado à destruição organizada, é o nome de uma economia sacrificial cujo funcionamento exige, de um lado, redução generalizada do preço da vida, e de outro, a familiarização com a perda.” (MBEMBE, 2020, p. 69).

A teoria da necropolítica é frequentemente relacionada ao neoliberalismo e ao racismo, pois esses fenômenos estão profundamente interligados na sociedade contemporânea. O neoliberalismo é uma ideologia econômica que valoriza a liberdade de mercado, a redução do papel do Estado na economia e a privatização dos serviços públicos. Na prática, isso resultou em políticas econômicas que enfatizam a competitividade, a busca pelo lucro e a desregulamentação, levando a uma crescente desigualdade social e econômica. Nesse contexto, a necropolítica pode ser entendida como uma forma de governo que utiliza a violência para manter a ordem social e proteger os interesses das elites econômicas. Essa violência pode se manifestar de várias formas, desde a criminalização das populações marginalizadas até a repressão violenta de manifestações populares.

Além disso, o racismo é um elemento central na necropolítica, já que as populações negras, indígenas e outras minorias étnicas são frequentemente as mais afetadas pela violência do Estado. Assim, a teoria da necropolítica é relevante para a análise das relações entre neoliberalismo, racismo e violência, uma vez que destaca a importância da violência como forma de manutenção do poder político e econômico das elites, assim como o papel fundamental do racismo na produção e reprodução das desigualdades sociais e econômicas.

Mbembe (2018b, 2020) aponta que, apesar de surgir a partir do final do século XIX um direito humanitário internacional que serviu como base para o Estado

Democrático Parlamentar cujo objetivos era a humanização da guerra, o estado de exceção permanente é característica intrínseca na contemporaneidade. As situações das populações na Síria, Faixa de Gaza, na Cisjordânia, nos presídios, nas periferias brasileiras são exemplos de como o terror e produção dessa “vida em espasmos” não se restringiram as colônias: “As ocupações militares, as barricadas, as humilhações cotidianas, os tanques de guerra nas ruas e os tiroteios fazem com que o terror, a dor, o medo, e a violência sejam constantes e se apresentem como aspectos [da atualidade]” (DA SILVA, 2021, p. 151). O status colonial, antes reservado ao escravo, hoje se revela nos corpos do negro, do judeu, do desempregado, do imigrante, do morador da favela, do presidiário, da prostituta, etc. e “o que corre nestes casos é o desaparecimento do status de cidadão, o indivíduo e a pessoa se transformam, não mais apenas o negro, mais todos os desafortunados no seio do neoliberalismo (COSTA; QUEIROZ, 2021, p. 125).

Considerações finais

A reflexão mbembiana sobre Necropolítica não se resume a uma discussão racial, pois, apesar de tomar a África como centro de suas discussões e de colocar a questão do racismo como motor necropolítico, Mbembe retoma um debate clássico na filosofia política, o paradigma da soberania. Diferentemente de Michel Foucault que retira a centralidade da soberania em seu debate sobre biopolítica, Mbembe aponta que essa noção de soberania, juntamente com a de biopoder e estado de exceção, são fundamentais para compreender as relações de poder na contemporaneidade.

Assim sendo, o autor elenca a guerra como elemento central da discussão, tendo em vista que ela esteja presente tanto nas colônias, como nos Estados totalitários, e nos Estados Nações, de modo que a guerra contra o terror foi sempre presente nessas configurações históricas e usada como princípio político para o extermínio dos considerados anormais. Mesmo sob as democracias que apresentam uma proposta de igualdade universal, a guerra não foi erradicada, antes, vem sendo usada agora não só mais pelo Estado, mas pelo mercado e por máquinas de guerra dentro e fora dos limites circunscritos dos Estados. Sob o regime neoliberal, todos são reduzidos a mercadoria, “ao passo que a fusão do capitalismo e do animismo nem se questiona mais, ao passo

que o entrelaçamento do trágico e do político tende a tornar a norma” (MBEMBE, 2020, p. 71).

A relação entre guerra e necropolítica é estreita, pois a necropolítica pode ser vista como uma forma de guerra prolongada e dissimulada. Enquanto a guerra tradicional busca a destruição física do inimigo, a necropolítica busca a eliminação lenta e gradual de grupos considerados indesejáveis pelo poder político. Essa eliminação pode ocorrer de várias maneiras, como através do controle da distribuição de recursos básicos, da exclusão social e política, da violência policial, entre outras. Além disso, a necropolítica também pode estar presente em situações de guerra convencional, como na utilização de drones para ataques seletivos e na produção de refugiados e deslocados forçados. Em ambos os casos, a necropolítica envolve a produção e administração da morte como forma de governança, com implicações éticas e políticas profundas.

Desse modo, sob o neoliberalismo, a vida não é mais útil, tornando todos vítimas-algozes, devido a forma de legislar que retira dos sujeitos o seu estatuto político, deixando as populações à mercê de toda sorte de violência, que extrapola o âmbito do Estado e do governo. Portanto, a guerra não se resume ao órgão administrativo do Estado, mas aos corpos, que passam a ser sitiados e a ter sua história à revelia. Nesse sentido, Mbembe dá um passo além de Foucault, ao deter sobre os corpos mortos e trazer o poder soberano de volta a discussão, agora refletindo sobre episódios de colonização tardia e os contextos periféricos do capitalismo. A necropolítica também pode ser vista como uma ameaça à soberania, já que ela pode minar a legitimidade do Estado e aumentar a oposição popular a ele. Quando um Estado usa a violência excessiva e indiscriminada contra sua própria população, pode perder a confiança e a obediência dos cidadãos, o que pode levar à instabilidade e à desintegração da ordem política.

Portanto, a relação entre soberania e necropolítica é complexa e pode variar dependendo do contexto político e social em questão. Em geral, a necropolítica é uma prática que desafia a ideia de que o Estado é soberano e tem o direito exclusivo de controlar a vida e a morte de seus cidadãos.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. Bataille e o paradoxo da soberania. **Ilha de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 75-86, 2005.
- BATAILLE, Georges. **A experiência interior**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- BATAILLE, George. **Teoria da religião**. São Paulo: Hedra, 2013.
- BODIN, Jean. **Os seis livros da república**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DA COSTA, Jose Luiz Silva; QUEIROZ, Leticia Lucindo. Descolonizar o poder: reverberações de Foucault em Mbembe. (Neoliberalismo + Biopolítica + Governamentalidade = Necropolítica mundial). **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 1, p. 115-130, 2021.
- DA SILVA, Anna Kristyna Araújo. “A vida em espasmos”: Notas sobre as políticas de morte na contemporaneidade. **Revista Aurora**, v. 14, n. 1, p. 147-152, 2021.
- FRANCO, Fábio Luis. **Governar os mortos**: Necropolíticas, desaparecimento e subjetividade. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- FOUCAULT, Michael. A governamentalidade. In: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2015.
- FOUCAULT, Michael. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- FOUCAULT, Michael. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michael, Soberania e disciplina. In: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A razão na história**: introdução à filosofia da história universal. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2008b.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

NEGRIS, Adriano. Entre Biopolítica e Necropolítica: uma questão de poder. **Ítaca**, n. 36, p. 79-102, 2020.

SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.